



CARACTERIZAÇÃO DO LIXO NO PARQUE MUNICIPAL JOAQUIM TEODORO DE OLIVEIRA (PARQUE DO LAGO), CAMPO MOURÃO - PARANÁ

Área: TURISMO

NOVAIS, Alenilma Conceição

LEMES, Ana Paula

PEREIRA, Ana Paula

Resumo:

O Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira conhecido popularmente como Parque do Lago, localiza-se no município de Campo Mourão – PR. Este é visto pelas cidades vizinhas e pelos turistas como uma área de lazer que tem como objetivo fundamental proporcionar aos seus visitantes maior interação com a natureza, contribuir para a manutenção da diversidade biológica, proteger as paisagens naturais e favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental segundo SNUC 2002. E assim como em outros parques onde várias pessoas circulam diariamente, o local recebe o lixo que é deixado por esses indivíduos, sendo que estes detritos normalmente são deixados com mais abundância em alguns pontos, causando por assim dizer, o “impacto ambiental” que pode ser sentido até mesmo visualmente. Diante disto será realizada uma avaliação das áreas a fim de verificar quais são as mais degradadas, para que se necessário, seja adotado um novo manejo de resíduos que possa ser implantado nesta área de conservação ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Pontos Impactados e Mapeamento.

1. INTRODUÇÃO

Primeiramente, o problema que se originou para montagem do presente trabalho é o de identificar quais são os pontos das trilhas onde se encontra a maior concentração de lixo do Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, popularmente conhecido por Parque do Lago, localizado na cidade de Campo Mourão, Paraná, e qual a melhor solução para o problema da centralização de lixo encontrada em determinados pontos das trilhas.

O parque foi inaugurado no ano de 1971 e possui uma área de 22,9 hectares, sendo que diante de uma análise superficial de sites da região podemos identificar que ele é considerado



um dos cartões postais da cidade, pois este é tido como um dos pontos de lazer mais frequentados do município. Em seu interior podem ser realizadas algumas atividades como caminhadas em suas trilhas, ginásticas nos equipamentos e atividades recreativas em geral. O local é muito procurado geralmente por famílias e grupos de amigos que se deslocam ao destino com o intuito de desfrutar de momentos de lazer devido ao amplo gramado disponível e também, pois mesmo não sendo localizado no centro da cidade, o parque é de fácil acesso.

Como hipótese para nossa problemática, podemos apontar que são encontrados no parque diversos pontos de lixo. Esse problema é ocasionado principalmente pela falta de consciência ambiental dos visitantes, e da baixa qualidade da infra-estrutura do local. Por essa via, o objetivo geral deste trabalho é o de analisar as trilhas do parque, a fim de caracterizar os resíduos orgânicos e inorgânicos selecionando os pontos onde se encontra uma maior concentração do lixo. Como objetivos específicos podemos apontar a identificação de quais são os principais tipos de lixo deixados no local, verificar a relação dos pontos impactados e tipo de lixo mais freqüente encontrado no local e correlacionar os dias mais visitados pelos turistas com a concentração de dejetos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Quando se trata da melhor condição do meio em que se vive, torna-se importante ressaltar que a saúde e o bem-estar dos seres estão diretamente relacionados com a qualidade do meio ambiente, isto é, com suas condições física, química e biológica. Por essa via é importante destacar a leis que tratam dessa temática, dispondo sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938, de 31/08/81).

Dentre essa legislação podemos apresentar o art. 3, inciso I, que ter por objetivo conceituar o termo *meio ambiente* como: "I - meio ambiente o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas". Outro ponto a se salientar a se salientar e o art. 2º, incisos I e II, que tratam respectivamente da importância do meio ambiente e a definição da degradação desse meio: "I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas; II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio



ambiente". Contudo, para uma melhor compreensão desse assunto não podemos ficar atrelados a definições, pois muitas vezes elas têm uma visão limitada, não abrangendo toda uma conjuntura. (GUERRA e CUNHA, 2006).

Outro ponto a se abordar é a temática da educação ambiental que apresentará resultados coerentes quando incorporada no cotidiano a abrangente complexidade ambiental. De acordo com o pesquisador Carlos Loureiro (2004), é imperativo o envolvimento das dimensões social, econômica, política, cultural e ecológica do problema ambiental, em suas conexões territoriais e geopolíticas. Interessante provocar não apenas as mudanças culturais que possam conduzir à ética ambiental, mas também as mudanças sociais necessárias para a construção de uma sociedade ecologicamente prudente e socialmente justa. Se torna necessário então, incentivar não apenas a ação individual na esfera privada, mas também a ação coletiva na esfera pública.

As origens desta problemática ambiental estão pautadas na visão cultural da sociedade e por isso a necessidade da reavaliação da complexa gama industrial e consumista em que estamos inseridos e, também, sobre os valores aprendidos e repassados. A premissa básica é a mudança de valores, que não podem ser transmitidos, mas sim construídos de acordo com a visão adquirida após a análise e indagação da ideologia presente e que regula a sociedade. A proposta é transcender os aspectos ecológicos da Educação Ambiental e orbitar na esfera política, econômica, cultural, social e ética para a construção de um olhar crítico, preparando cidadãos capacitados a entender o porquê fazer algo, não se detendo apenas no como fazer. Ou seja, enfatizando o componente reflexivo, tão importante quanto o ativo.

Conforme a Constituição Federal de 1988, o artigo 25 garante que: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. É um fato incontestável que a lei instituída é uma grande conquista, contudo não representa a garantia da preservação. Esperar pelos órgãos responsáveis e não se sensibilizar com os descasos, por vezes inescrupulosos na busca do resultado rentável, não deixa de denotar uma postura de concordância, senão convivência, com a degradação presente.

Segundo Dias (1993) a Conferência de Tbilisi, realizada pela UNESCO em 1977 na ex-URSS, é considerada o marco conceitual da Educação Ambiental e lança uma importante



recomendação que diz respeito à estratégia metodológica da ação educativa: a resolução de problemas ambientais locais, que deve se configurar como o elemento aglutinador da construção de uma sociedade mais sustentável. Parte-se do princípio que é imprescindível que o cidadão participe da organização e gestão do seu meio. Engajamento, mobilização, emancipação e democratização são palavras-chave neste contexto.

Dentro desse contexto, partiremos para um referencial a respeito do nosso objeto de estudos: Unidades de Conservação. A problemática ambiental começa a constituir destaque entre o meio acadêmico e científico em meados da década de 60 na Europa, no Brasil as discussões ganharam foco na década de 90 (Diegues, 2001). Visto a necessidade de se preservar a natureza em 1872 foi criado nos Estados Unidos o Yellowstone National Park (Pires, 2002). Esse modelo de área natural protegida ganhou forças e foi copiado por diversos países por todo o mundo. Mais especificamente o Yellowstone é um modelo de parque onde deve ser retirada a presença de moradores para se ter uma área desabitada do homem, desse modo é possível a preservação sem a interferência antrópica de modo agressiva. Atualmente por todo o mundo países possuem legislações específicas em relação a áreas protegidas. No Brasil a primeira área protegida foi o Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937 no Rio de Janeiro (Medeiros, 2005). Porém o Brasil ainda não possuía uma legislação específica de áreas protegidas em comum entre os estados, apenas em 2000 foi implantada a lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000, com o título Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que atualmente fornece subsídios legais para a manutenção de UC's, segundo o SNUC unidade de conservação é

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (SNUC, 2000. Art. 2º, inc).

No SNUC as unidades de conservação dividem-se em dois grupos que são o de unidade de uso integral e unidade de uso sustentável. O objeto de estudo é enquadrado na categoria de unidade de proteção integral. O objetivo básico das unidades de proteção integral é preservar a natureza, no Brasil existem leis que estabelece que unidades de conservação em especial os parques, seja passível a exploração turística, possibilitando o contato direto com a natureza proporcionando uma melhor educação ambiental, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. (COSTA, 2002, p. 30). Dentro das unidades de proteção



integral existem cinco outras categorias, estação ecológica, reserva biológica, monumento natural, refugio da vida silvestre e parque nacional, este ultimo é a categoria do objeto de estudo. Os parques nacionais, estaduais e municipais, são os únicos tipos de unidades de conservação da categoria unidade de proteção integral que permite a visitação pública, as demais só podem ser feita em casos específicos, como no caso de estudos científicos. PARNA's

tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisa científica e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação e contato com a natureza e de ecoturismo. (COSTA, 2002, p. 43.)

Os PARNA's, assim como as demais unidades de conservação devem possuir um plano de manejo, que é um documento elaborado por um estudo multidisciplinar a fim de caracterizar o parque, tal como, fornecer subsídios para sua gerencia baseado no SNUC.

3. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos para concretização do presente trabalho contemplarão a realização de uma análise acerca dos pontos mais impactados por meio de um mapeamento, que será efetivado em todas as trilhas do parque. Desejamos também distinguir os principais tipos de lixo encontrados, correlacionando com o local do seu encontro. Sendo assim, poderemos compreender o perfil dos turistas e os locais mais freqüentados.

Para isso desenvolveremos esta pesquisa em dois momentos. O primeiro que está sendo realizado, contempla análise e consultas a diversas bibliografias para uma formação teórica acerca dos conceitos basilares. Como conceitos podem ser citados: impactos ambientais, educação ambiental e sustentabilidade. Em um segundo momento, para concretização do projeto já estão sendo realizadas visitas *in loco*, para com que possamos efetivar um mapeamento e catalogação dos dejetos que foram encontrados em todas as trilhas do parque. Com isso pretendemos distinguir os principais pontos impactados e após esse processo tentar reverta essa situação, colocando se forem necessárias, placas de aviso nesses locais.

Para a coleta de dados foi utilizado um sistema de abreviações, para cada tipo de lixo encontrado foi demarcado em um mapa de forma abreviada por números e letras o tipo e



tamanho do lixo, no mapa a marcação foi feita no respectivo local onde os resíduos se encontravam após a demarcação manual no mapa os dados foram transferidos para um mapa digital onde as marcações dos lixos e lixeiras foram feitas por pontos coloridos, onde cada cor representa um tipo de resíduos e lixeiras encontradas, que será descrito na sequência.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

O presente estudo encontra-se em desenvolvimento sendo que até o momento realizamos a parte inicial da análise bibliográfica, com temáticas voltadas à educação ambiental, meio ambiente e unidades de conservação. Em um segundo momento, começamos a realizar as visitas *in loco*, que resultaram em mapas com a caracterização do lixo e das lixeiras do parque.

Outro ponto que percebemos no decorrer da pesquisa foi que o Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira possui algumas falhas de gestão e manutenção, visto que existem diversos problemas relacionados a esse aspecto sendo os principais: o assoreamento do lago isso por que o local é característico de várzea, e não é o mais adequado para constituição de lagos urbanos, a falta de um corpo técnico permanente e atuante para elaboração de um plano de manejo consistente e que atenda as necessidades do parque e a inexistência de verbas específicas para manutenção do mesmo.

No dia 16 de junho de 2011 o D E C R E T O N. 5 2 7 6 institui o grupo técnico de trabalho, para elaboração de estudos e projetos relacionados ao Plano de Manejo do Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira ele é formado pelos seguintes pessoas ADRIANE CILIÃO GUIMARÃES DE ALMEIDA, representando o Poder Executivo Municipal, RUBENS LEI PEREIRA DE SOUZA, representando o Instituto Ambiental do Paraná – IAP, a quem compete a coordenação dos trabalhos, JEFFERSON DE QUEIROZ CRISPIM, indicado pelo Poder Executivo Municipal, DÉBORA CRISTINA DE SOUZA e MARCELO GALEAZZI CAXAMBÚ, indicados pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; e ZULEIDE MILANEZ GIRALDI e JULIANA CONFORTO D'ARC DA SILVA, indicadas pelo Observatório Social de Campo Mourão.



Dessa maneira chegamos podemos perceber que o plano de manejo ainda está em fase de elaboração, quanto a regulamentação fundiária do parque não encontramos nenhuma informação, assim consideramos que esta ainda não deve ter sido realizada.

5. CONCLUSÕES

Tal estudo tem como objetivo caracterizar os lixos deixados nas trilhas e os pontos de maior incidência do mesmo no Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, para atingir tais resultados foi realizada uma pesquisa exploratória de campo, que se procedeu no dia vinte e cinco de junho de dois mil e onze, durante as dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, que obteve como resultado um mapa com a primeira caracterização do lixo do parque.

Para a coleta de dados foi utilizado um sistema de abreviações, para cada tipo de lixo encontrado foi demarcado em um mapa de forma abreviada por números e letras o tipo e tamanho do lixo. A marcação foi feita no respectivo local onde os resíduos se encontravam após a demarcação manual os dados foram transferidos para um modo digital onde as marcações dos lixos e lixeiras foram realizadas por pontos coloridos, onde cada cor representa um tipo de resíduo e lixeira encontrada.

Mais especificamente, os resíduos foram classificados como: lixo orgânico, abreviado pela cor amarela, lixo plástico, abreviado pela cor azul, lixo metal, abreviado pela cor cinza, lixo papel, abreviado pela cor verde, e o tamanho representado pela respectiva dimensão da marcação. Os lixos de tamanho pequenos, como é o exemplo de embalagens de bala e chicletes, foram demarcados por pontos pequenos, como mostra a legenda do mapa. Os lixos de tamanho médio, como garrafa pet foram identificados com marcação de tamanho médio. E os lixos grandes, como por exemplo, um pneu foi identificado com marcação grande.

Também foi identificada a presença de lixeiras, convencionais e específicas. As convencionais são compreendidas como lixeiras sem repartições para seleção de lixo, tais lixeiras foram identificadas no mapa por uma estrela cinza. As lixeiras específicas, que são aquelas com repartições para seleção dos lixos, foram identificadas por uma estrela vermelha. O mapa está em anexo no final deste resumo (Figura 1).



Contudo, no decorrer do projeto pretendemos realizar mais duas visitas ao Parque, para que com um confronto entre todos os mapas, possamos caracterizar o lixo do Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira.



Figura 1: Primeira caracterização do Lixo do Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira realizada no dia 25 de junho de 2011.



6. REFERÊNCIAS

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 1993. 2.ed.

GUEDES, Marcelo de Sousa, PASQUALETTO, Antônio. **Avaliação dos Impactos Ambientais no Parque Botafogo**. Goiânia – GO. Goiânia: UCG, 2007.

GUERRA, A. J. T; CUNHA, S. B. (Org.). **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

SÁNCHEZ, Luiz Enrique. **Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos**. São Paulo: Oficina de Textos. 2006.

OTHMAN, Talini, GOZER, Maycon, et al. **Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira: Conservação e Legislação**. Disponível em: <http://www.grupointegrado.br/conccepar2011/?action=anais_resumo&id=841> Acesso em 02 ago. de 2011.

SZLAROWSKY, Leon Frejda. **SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/3076/snuc-sistema-nacional-de-unidades-de-conservacao-da-natureza>> Acesso em 25 de Abr. 2011.

D E C R E T O N. 5 2 7 6. De 16 de junho de 2011. Disponível em: <<http://campomourao.eprefeituras.com.br/documentos/decretos/885e03713b6df24.pdf>> Acesso em 02 de ago. de 2011.

Prefeitura Municipal de Campo Mourão. Disponível em: <<http://www.campomourao.pr.gov.br/turismo/parques.php>> Acesso em 15 de Abr. 2011.